



Vilas
Complexo Eólico

EOL Potiguar B141 SPE S.A.

CNPJ nº 30.097.726/0001-55

Subsidiária Integral da Ventos de Serra do Mel B S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Lote 14, Vila Maranhão, Zona Rural

Serra do Mel - RN

CEP 59.663-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Balanços Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	13
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	20
5 Clientes	21
6 Partes Relacionadas	21
7 Títulos e Valores Mobiliários	22
8 Imobilizado	22
9 Intangível	23
10 Fornecedores	23
11 Empréstimos e Financiamentos	23
12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos	24
13 Outras contas a pagar	26
14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	26
15 Patrimônio Líquido	26
16 Receita Operacional Líquida	27
17 Custos e Despesas Operacionais	28
18 Resultado Financeiro	28
19 Imposto de Renda e Contribuição Social	28
20 Instrumentos Financeiros	29
21 Seguros	32
22 Transações que não envolvem caixa	32
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	33
PARECER DO CONSELHO FISCAL	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da EOL Potiguar B141 SPE S.A. (EOL Vila Maranhão I ou Companhia), subsidiária integral da Ventos de Serra do Mel B S.A. que, por sua vez, é controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A EOL Vila Maranhão I é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte e firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR) na modalidade de Quantidade de energia elétrica no 28º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizado em 31.08.2018.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
EOL Vila Maranhão I	32,0	17,8	13,79	111,74	11.02..2021	11.01.2054

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2022.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2022.

EOL Potiguar B141
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2022	2021 Reapresentado	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	139.780	141.065	(0,9)
Caixa e equivalentes de caixa	7.116	2.988	138,2
Títulos e valores mobiliários	2.934	4.406	(33,4)
Dívida total	89.685	94.781	(5,4)
Dívida líquida	79.635	87.387	(8,9)
Receita operacional bruta	24.815	24.771	0,2
Deduções da receita	(892)	(904)	(1,3)
Receita operacional líquida	23.923	23.867	0,2
Custos e despesas operacionais	(12.838)	(10.909)	17,7
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.085	12.958	(14,5)
Ebitda ou Lajida	16.827	16.615	1,3
Resultado financeiro	(8.033)	(7.945)	(1,1)
IRPJ/CSLL	(884)	(821)	7,7
Lucro operacional	3.052	5.013	(39,1)
Lucro líquido do exercício	2.168	4.192	(48,3)
Patrimônio líquido	41.707	39.057	6,8
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,2	0,4	200,0
Liquidez geral (índice)	0,1	0,1	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	70,3	69,6	1,0
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	215,0	242,7	(11,4)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	12,8	21,0	(39,0)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	9,1	17,6	(48,3)
Participação de capital de terceiros (%)	70,2	72,3	(2,9)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) - (LL ÷ PL inicial)	5,6	11,9	(52,9)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 25 de maio de 2023

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO LUIS BLOOT
Membros DAIANE MEDINO WOTKOSKI
ELOIR JOAKINSON JUNIOR
JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ
Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
WALTER GUANDALINI JUNIOR
Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE
FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ
FELIPE SANTOS RIBAS

DIRETORIA

Diretor Executivo MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-058084/O-0 MICHAEL LUIZ DE SOUZA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado	1º.01.2021 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.116	2.988	5.085
Clientes	5	3.553	2.857	7.722
Outros créditos		25	27	39
Imposto de renda e contribuição social		29	2	37
Outros tributos a recuperar		4	15	-
Despesas antecipadas		287	20	-
Partes relacionadas	6	38	-	-
		11.052	5.909	12.883
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Títulos e valores mobiliários	7	2.934	4.406	2.166
Partes relacionadas	6	-	38	38
		2.934	4.444	2.204
Imobilizado	8	121.851	125.998	110.109
Intangível	9	41	1.556	1.471
Direito de uso	12.1	3.902	3.158	1.005
		128.728	135.156	114.789
TOTAL DO ATIVO		139.780	141.065	127.672

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

EOL Potiguar B141
Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado	1º.01.2021 Reapresentado
CIRCULANTE				
Partes relacionadas	6	140	-	7.238
Fornecedores	10	1.819	1.678	240
Imposto de renda e contribuição social		308	623	526
Outras obrigações fiscais		184	620	-
Empréstimos e financiamentos	11	4.067	11.499	7.400
Dividendos a pagar	15.4	2.388	1.873	1.396
Passivo de arrendamentos	12.2	21	34	11
Outras contas a pagar	13	354	-	-
		9.281	16.327	16.811
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		42	-	-
Empréstimos e financiamentos	11	84.767	82.515	71.373
Partes relacionadas		-	-	3.152
Passivo de arrendamentos	12.2	3.983	3.166	994
		88.792	85.681	75.519
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora				
Capital social	15.1	30.858	30.858	30.858
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	1.000	-	-
Reserva legal	15.3	796	688	294
Reserva de retenção de lucros	15.3	9.053	7.511	4.190
		41.707	39.057	35.342
TOTAL DO PASSIVO		139.780	141.065	127.672

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	23.923	23.867
Custos Operacionais	17	(11.736)	(10.321)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		12.187	13.546
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(862)	(588)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(240)	-
		(1.102)	(588)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		11.085	12.958
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		469	243
Despesas financeiras		(8.502)	(8.188)
		(8.033)	(7.945)
LUCRO OPERACIONAL		3.052	5.013
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19		
Imposto de renda e contribuição social		(842)	(972)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(42)	151
		(884)	(821)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.168	4.192
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	15.5	0,07026	0,13585

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.168	4.192
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		2.168	4.192

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		30.858	-	294	4.190	-	35.342
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Dividendos deliberados pelos acionistas		-	-	-	1.396	-	1.396
Lucro do exercício		-	-	-	-	4.192	4.192
Destinação proposta à A.G.O.:	15.4	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	394	-	(394)	-
Dividendos		-	-	-	-	(1.873)	(1.873)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.925	(1.925)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - reapresentado		30.858	-	688	7.511	-	39.057
Redução de capital		-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	-	1.000	-	-	-	1.000
Lucro do exercício		-	-	-	-	2.168	2.168
Destinação proposta à A.G.O.:	15.4	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	108	-	(108)	-
Dividendos		-	-	-	-	(518)	(518)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.542	(1.542)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		30.858	1.000	796	9.053	-	41.707

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.168	4.192
Ajustes para a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		8.464	7.865
Imposto de renda e contribuição social	19	842	972
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	42	(151)
Depreciação e amortização	17	5.742	3.657
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos líquidos	12	(2)	-
		17.256	16.535
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(696)	6.036
Outros créditos		2	(8)
Imposto de renda e contribuição social		(27)	(10)
Outros tributos a recuperar		11	30
Despesas antecipadas		(267)	-
Partes relacionadas		-	(1.171)
		(977)	4.877
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		140	(3.161)
Fornecedores		141	1.438
Outras obrigações fiscais		(436)	289
Outras contas a pagar		354	-
		199	(1.434)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		16.478	19.978
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.157)	(393)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	(9.551)	(6.935)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	12.2	(208)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.562	12.650
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (Aplicações) financeiras		1.472	(2.015)
Aquisições de imobilizado		-	(16.929)
Aquisições de intangível		-	(16)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.472	(18.960)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos	11.2	-	15.468
Ingressos de contratos de mútuo		-	900
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	1.000	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	(3.887)	(3.595)
Amortização de principal de passivos de arrendamentos	12.2	(19)	(161)
Amortização de principal de contratos de mútuo		-	(8.399)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.906)	4.213
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.128	(2.097)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	2.988	5.085
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.116	2.988
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.128	(2.097)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A EOL Potiguar B141 SPE S.A. (“Companhia”) com sede na Vila Maranhão, Lote 14, Zona Rural, Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Ventos de Serra do Mel (Controladora), controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT). Por sua vez, a Copel GeT é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem por objeto social, especificamente, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado EOL Vila Maranhão I.

Em 17.05.2021, a Copel GeT assinou contrato para a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas, formado por um conjunto de 5 parques eólicos, através de participação direta detidas pelas empresas Brownfield Investment Holding S.A. e Ventos de Serra do Mel B S.A. nas investidas EOL Potiguar B141 SPE S.A, EOL Potiguar B142 SPE S.A, EOL Potiguar B143 SPE S.A, EOL Potiguar Paraíba IV SPE S.A e EOL Potiguar B61 S.A. A aquisição foi concluída em 30.11.2021.

1.1 Concessões e Autorizações

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 2 de 8 de janeiro de 2019 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Vila Maranhão I, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, com 31.185 kW de capacidade instalada e 15.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por nove unidades geradoras de 3.465 kW. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 8 de janeiro de 2019, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Vila Maranhão I e como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

EOL Potiguar B141

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25.05.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 8 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.4 e 9 – Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.5 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NE nºs 3.6 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.7 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.8 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NEs nºs 3.9 e 19 - Imposto de renda e contribuição social.
- NEs nºs 3.10 e 12 – Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos

EOL Potiguar B141

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia realizou ajustes nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2021 e 1º.01.2021 decorrentes do método de aplicação do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, para cálculo da taxa de juros efetiva no registro de empréstimos e financiamentos. Anteriormente a Companhia, em linha com a prática contábil da Controladora anterior, utilizava a reestimativa periódica dos fluxos de caixa para refletir os movimentos nas taxas de juros de mercado alterando a taxa de juros efetiva. Tais projeções consideravam a inflação (IPCA) no cálculo da taxa efetiva e conseqüentemente influenciava na contabilização dos passivos. Após a mudança de controle para a Copel GeT, fez-se necessário o ajuste à prática contábil aplicada pelo Copel e suas controladas, que considera a inflação à medida da efetiva ocorrência. A referida mudança de política contábil produziu ajustes nos saldos comparativos dos empréstimos e financiamentos e nas despesas financeiras, e adicionalmente no Imobilizado e despesas com depreciação, em decorrência da capitalização dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização durante a construção do Imobilizado.

Adicionalmente, o antigo Controlador classificou os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos na atividade de financiamento, conforme previsto no CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa. Após a mudança de controle, fez-se necessário o ajuste à prática aplicada pela Copel e suas controladas, e, portanto, os juros pagos passaram a ser apresentados na atividade operacional, conforme recomendado pelo CPC 03 (R2). Com base nas orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e de Fluxos de Caixa estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade:

EOL Potiguar B141

31.12.2021	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo	139.157	1.908	141.065
Ativo circulante	5.909	-	5.909
Ativo não circulante	133.248	1.908	135.156
Imobilizado	127.248	(1.250)	125.998
Direito de uso	-	3.158	3.158
Passivo	139.157	1.908	141.065
Passivo circulante	16.004	323	16.327
Empréstimo e financiamentos	11.176	323	11.499
Passivo não circulante	80.400	5.281	85.681
Empréstimo e financiamentos	77.234	5.281	82.515
Patrimônio líquido	42.753	(3.696)	39.057
Reserva de retenção de lucros	11.207	(3.696)	7.511
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Custos Operacionais	(10.257)	(64)	(10.321)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(588)	-	(588)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	13.022	(64)	12.958
Resultado Financeiro	(4.313)	(3.632)	(7.945)
Receitas financeiras	243	-	243
Despesas financeiras	(4.556)	(3.632)	(8.188)
Lucro operacional	8.709	(3.696)	5.013
Imposto de renda e contribuição social	(821)	-	(821)
Lucro líquido do exercício	7.888	(3.696)	4.192
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Lucro líquido do exercício	7.888	(3.696)	4.192
Patrimônio líquido	42.753	(3.696)	39.057
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	19.585	(6.935)	12.650
Lucro líquido do exercício	7.888	(3.696)	4.192
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	4.233	3.632	7.865
Depreciação e amortização	3.593	64	3.657
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos (a)	-	(6.935)	(6.935)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(18.960)	-	(18.960)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(2.722)	6.935	4.213
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(2.097)	-	(2.097)

(a) Reclassificação dos valores dos empréstimos e financiamentos pagos que são classificados como atividade operacional no Grupo Copel.

EOL Potiguar B141

1°.01.2021	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo	127.040	632	127.672
Ativo circulante	12.883	-	12.883
Ativo não circulante	114.157	632	114.789
Imobilizado	110.482	(373)	110.109
Direito de uso	-	1.005	1.005
Passivo	127.040	632	127.672
Passivo circulante	16.776	35	16.811
Empréstimo e financiamentos	7.365	35	7.400
Passivo não circulante	74.922	597	75.519
Empréstimo e financiamentos	70.776	597	71.373
Patrimônio líquido	35.342	-	35.342
Reserva de retenção de lucros	4.190	-	4.190

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

EOL Potiguar B141

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

EOL Potiguar B141

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de faixa de servidão de passagem mensurados pelo valor da aquisição da matrícula o qual é amortizado linearmente até o final do prazo da autorização.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.5.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.5.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

EOL Potiguar B141

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.7 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

EOL Potiguar B141

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.8 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.10 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.11 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

EOL Potiguar B141

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.12 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	956	2.661
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.160	327
	7.116	2.988

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 94,0% e 97,75% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

EOL Potiguar B141
5 Clientes

	Saldos vincendos	Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
Concessionárias e permissionárias			
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	3.434	3.434	2.479
CCEE	119	119	368
Ressarcimento de geração	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	3.553	3.553	2.847
Outros	-	-	10
Circulante		3.553	2.857

Em 31.12.2022, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controlador								
Ventos de Serra do Mel								
Contas a receber	38	38	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	2.388	1.873	-	-	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A								
Compartilhamento (a)	-	-	103	-	-	-	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Compartilhamento (a)	-	-	29	-	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Compra e venda de energia (b)	913	1.171	-	-	10.836	1.171	-	-
Cutia empreendimentos eólicos								
Compartilhamento (a)	-	-	8	-	-	-	-	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais (NE nº 17)	-	-	-	-	-	-	(331)	-
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(37)	-

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A Companhia tem contratos de compra e venda de energia com a Copel Comercialização, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

7 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

Categoria	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	2.934	3.154
Conta corrente - restrita	-	1.252
Não circulante	2.934	4.406

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic

8 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação acumulada	Reapresentado 31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	131.112	(9.261)	121.851	131.112	(5.114)	125.998
	131.112	(9.261)	121.851	131.112	(5.114)	125.998

	Saldo em Reapresentado 1º.01.2021	Aquisições	Depreciação	Capitalizações/ Transferências	Saldo em Reapresentado 31.12.2021	Depreciação	Capitalizações/ Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço								
Máquinas e equipamentos	88	16.039	(3.539)	113.410	125.998	(5.649)	1.502	121.851
	88	16.039	(3.539)	113.410	125.998	(5.649)	1.502	121.851
Em curso								
Custo	110.021	3.389	-	(113.410)	-	-	-	-
	110.021	3.389	-	(113.410)	-	-	-	-
	110.109	19.428	(3.539)	-	125.998	(5.649)	1.502	121.851

A taxa média de depreciação é de 4,32% a.a. e a companhia não possui compromissos assumidos com seus fornecedores de equipamentos e serviços para construção das usinas.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2022 e 2021.

EOL Potiguar B141

9 Intangível

9.1 Mutações do intangível

	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	-	1.471	1.471
Aquisições	-	133	133
Capitalizações para intangível em serviço	1.604	(1.604)	-
Quotas de amortização (a)	(48)	-	(48)
Em 31.12.2021	1.556	-	1.556
Transferências de/para imobilizado	(1.502)	-	(1.502)
Quotas de amortização (a)	(13)	-	(13)
Em 31.12.2022	41	-	41

(a) Amortização durante o período de autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento

10 Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	1.619	901
Energia elétrica	-	605
Encargos de uso da rede elétrica	193	172
Outros	7	-
Circulante	1.819	1.678

11 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	Reapresentado 31.12.2021	
35201915725525	04.04.2019	216	15.04.2039	IPCA + 2,3323% a.a.	IPCA + 2,3323%	92.138	89.685	94.781	
							89.685	94.781	
							Dívida bruta	89.685	94.781
							(-) Custo de transação	(851)	(767)
							Dívida líquida	88.834	94.014
							Circulante	4.067	11.499
							Não circulante	84.767	82.515

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	3.180	(52)	3.128
2025	2.913	(52)	2.861
2026	2.913	(52)	2.861
2027	2.969	(52)	2.917
2028	3.638	(52)	3.586
Após 2028	69.952	(538)	69.414
	85.565	(798)	84.767

EOL Potiguar B141
11.2 Mutações de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 1º.01.2021	78.773
Ingressos	14.313
Encargos	11.458
Amortização - principal	(3.595)
Pagamento - encargos	(6.935)
Em 1º.01.2022	94.014
Encargos	8.258
Amortização - principal	(3.887)
Pagamento - encargos	(9.551)
Em 31.12.2022	88.834

11.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

12.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31.12.2021	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	1.005	3.191	(1.005)	(51)	3.140	840	(78)	-	3.902
Veículos	-	37	-	(19)	18	-	(3)	(15)	-
	1.005	3.228	(1.005)	(70)	3.158	840	(81)	(15)	3.902

EOL Potiguar B141

12.2 Passivo de arrendamentos

12.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Total
Saldo em 1º.01.2021	1.005
Encargos	136
Pagamento - principal	(161)
Adições	3.228
Baixas	(1.008)
Saldo em 31.12.2021	3.200
Ajuste por Remensuração	840
Encargos	208
Pagamento - principal	(19)
Pagamento - encargos	(208)
Baixas	(17)
Saldo em 31.12.2022	4.004

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última captação de debêntures, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. A taxa de juros aplicadas é a de 5,58% a.a.

12.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2023	239
2024	239
2025	239
2026	239
2027	239
Após 2027	9.302
Valores não descontados	10.497
Juros embutidos	(6.514)
Saldo passivo arrendamento em 31.12.2022	3.983

12.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	4.004	5.751	43,63%
Direito de uso de ativos	3.902	5.347	37,03%
Despesa Financeira	208	310	49,04%
Despesa de amortização	81	119	46,91%

12.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 17).

13 Outras contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Entidades Seguradoras - Prêmio a Pagar	337	
Taxa de fiscalização	17	-
Circulante	354	-

14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Em 31.12.2022 e 31.12.2021, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 a Companhia não possui passivos contingentes.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022 monta a R\$ 30.858 (R\$ 30.858, em 31.12.2021), composto por 30.857.513 ações ordinárias pertencentes à sua Controlada.

15.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tem um saldo de R\$ 1.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, quando da realização de Assembleia Geral Extraordinária.

15.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

EOL Potiguar B141

15.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021 (a)
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	2.168	4.192
Reserva legal (5%)	(108)	(394)
	2.060	3.798
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	518	950
Dividendo adicional deliberado em AGO	-	923
	518	1.873
Valor do dividendo por ação	0,016787	0,060698

(a) A reserva legal, os dividendos propostos e outros impactos societários registrados no Patrimônio líquido nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31.12.2021 foi efetuado, originalmente, com base no lucro divulgado naquelas demonstrações financeiras e não sofreram alterações devido à reapresentação citada na NE nº 3.1 pois as informações disponíveis à época indicavam que os impactos societários seriam aqueles aprovados pelos órgãos competentes.

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

15.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	2.168	4.192
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	30.857.512	30.857.512
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,07026	0,13585

16 Receita Operacional Líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos bilaterais	24.610	23.300
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	205	1.471
(-) PIS/Pasep e Cofins	(892)	(904)
	23.923	23.867

17 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	Saldo Reapresentado 31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(672)	-	-	(672)	(2.427)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.195)	-	-	(2.195)	(1.898)
Pessoal e administradores	-	(331)	-	(331)	-
Planos previdenciário e assistencial	-	(37)	-	(37)	-
Serviços de terceiros	(2.576)	(353)	-	(2.929)	(2.208)
Depreciação e amortização	(5.742)	-	-	(5.742)	(3.657)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(551)	(141)	(240)	(932)	(719)
	(11.736)	(862)	(240)	(12.838)	(10.909)

18 Resultado Financeiro

	31.12.2022	Saldo Reapresentado 31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	467	225
Outras receitas financeiras	2	18
	469	243
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	8.257	7.688
Juros e IOF sobre contratos de mútuo	177	266
Juros arrendamento	2	136
Outras despesas financeiras	66	98
	8.502	8.188
Líquido	(8.033)	(7.945)

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Bilaterais	24.611	24.611	23.300	23.300
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	205	205	1.471	1.471
Ajuste de prática regime de caixa x competência	(374)	(374)	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.955	2.933	1.982	2.973
Receita Financeira	469	469	243	243
(-) Receita Financeira Provisionada	(123)	(123)	442	442
Base de cálculo Receita Financeira	346	346	685	685
(=) Base de cálculo	2.301	3.279	2.667	3.658
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	551	291	643	329
Receita Financeira Provisionada	123	123	(442)	(442)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	11	(111)	(40)

20 Instrumentos Financeiros

20.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	7.116	7.116	2.988	2.988
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	2.934	2.934	4.406	4.406
			10.050	10.050	7.394	7.394
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		3.553	3.553	2.857	2.857
			3.553	3.553	2.857	2.857
Total dos ativos financeiros			13.603	13.603	10.251	10.251
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		1.819	1.819	1.678	1.678
Empréstimos e financiamentos (c)	11		89.685	89.685	94.781	94.781
Total dos passivos financeiros			91.504	91.504	96.459	96.459

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Valor justo similar ao valor contábil tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

20.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

20.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	7.116	2.988
Títulos e valores mobiliários (a)	2.934	4.406
Clientes (b)	3.553	2.857
	13.603	10.251

EOL Potiguar B141

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2022							
Fornecedores	NE nº 10	484	1.335	-	-	-	1.819
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	1.078	2.076	7.630	30.206	101.013	142.003
Passivo de arrendamento	NE nº 12	17	33	156	895	19.308	20.409
		1.579	3.444	7.786	31.101	120.321	164.231

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

20.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações.

EOL Potiguar B141

O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 12,50%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	2.934	3.301	3.209	3.117

EOL Potiguar B141

20.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo da provisão registrado no passivo referente a não performance poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

20.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Endividamento		
Empréstimos e financiamentos	89.685	94.781
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7.116	2.988
(-) Títulos e valores mobiliários	2.934	4.406
Dívida líquida	79.635	87.387
Patrimônio líquido	41.707	39.057
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	1,91	2,24

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	28.11.2023	183.915
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2024	30.000

22 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 12.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 840 (R\$ 3.228 em 31.12.2021), sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
EOL Potiguar B141 SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EOL Potiguar B141 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EOL Potiguar B141 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das informações correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.1 às demonstrações financeiras, que informa que as informações correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram alteradas e estão sendo reapresentadas em decorrência de ajuste à prática contábil relacionada ao método de aplicação do pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para cálculo da taxa de juros efetiva no registro de empréstimos e financiamentos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021, reapresentados, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 25 de maio de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e esse balanço patrimonial.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de maio de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da EOL Potiguar B141 SPE S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda as análises dos saldos comparativos de 2021 efetuadas pela auditoria independente Grant Thornton Auditores Independentes e o Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 25 de maio de 2023

(assinado eletronicamente)
ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

